

Editorial 141 - Crédito, risco e o peso do Estado na economia angolana

Por: Bernardo Vaz

O crédito é um dos motores de qualquer economia. O seu custo (juros) reflecte, em grande medida, o nível de risco de fazer negócios numa sociedade. Esse risco resulta de vários factores: custo de contexto, robustez empresarial, conhecimento, eficiência das instituições, previsibilidade das leis, grau de interferência política nos negócios e risco cambial, etc. Estes e outros factores determinam a qualidade do ambiente de negócios. Se forem favoráveis, a taxa de juro (custo do dinheiro) tende a diminuir, os negócios fluem com maior facilidade e a economia expande-se. Quando o risco é elevado, o efeito é o inverso: o crédito torna-se caro, o investimento retrai-se e a actividade económica abranda.

Numa economia normal, isto é, numa economia em que os mercados funcionam de forma relativamente eficiente, a taxa de juro resulta essencialmente da forma como os agentes económicos percebem o risco da economia. Essa percepção incorpora expectativas sobre inflação, estabilidade macroeconómica, sustentabilidade das contas públicas, solidez do sistema financeiro e credibilidade das políticas económicas. No caso de economias dependentes de recursos naturais e com elevada volatilidade cambial, como Angola, a percepção de risco tende a ser mais elevada, o que se traduz em custos de financiamento superiores e num acesso mais limitado ao crédito, sobretudo para o sector produtivo.

Os dados mostram que o peso do Estado sobre o total de crédito concedido à economia continua enorme. Entre o 3.º Trimestre de 2022 e o 4.º Trimestre de 2025, com excepção do 3.º Trimestre de 2024, o crédito ao Estado representou sempre mais de 50% do crédito total concedido pela banca. No 3.º Trimestre de 2025 chegou a atingir 54%, recuando para 52% no trimestre seguinte. Estes números demonstram claramente o domínio do Estado sobre o crédito disponível na economia.

Se compararmos o 4.º Trimestre de 2024 com o mesmo período de 2025, o crédito ao Estado aumentou cerca de 2.983 mil milhões de kwanzas, enquanto o crédito aos restantes sectores cresceu apenas 1.186 mil milhões. Ou seja, o crescimento do crédito continua fortemente capturado pelo financiamento do próprio Estado.

Apesar de tudo, cinco anos depois do lançamento do PRODESI (Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações), o peso do Estado na economia continua a ser muito significativo.

Entre o 1.º Trimestre de 2022 e o 4.º Trimestre de 2025, o *stock* de crédito nominal à produção totaliza cerca de 3.311 mil milhões de kwanzas, com uma média mensal de aproximadamente 69 mil milhões. Para uma economia com as necessidades de investimento de Angola, este volume é claramente insuficiente para suportar um processo robusto de diversificação económica. O crédito às famílias soma 1.476 mil milhões de kwanzas, representando cerca de 31% do crédito total.

O problema principal parece estar na oferta de crédito por parte da banca, que continua a evitar alterar o seu modelo de negócio, aumentando o risco e os capitais. A banca privilegia sobretudo o crédito ao Estado porque oferece taxas relativamente atractivas e risco reduzido. Do ponto de vista estritamente financeiro, esta escolha é racional; do ponto de vista do desenvolvimento económico, é profundamente limitadora. Não é fácil alterar esta situação. Ainda assim, algumas medidas, várias vezes apresentadas nos relatórios do CINVESTEC, parecem evidentes:

(i) É fundamental não acrescentar critérios que, para além da análise económica dos projectos, compliquem ainda mais a concessão de crédito. Todo o crédito à produção e à habitação é positivo para o dinamismo económico. (ii) O próprio Estado deve reduzir gradualmente o seu peso no crédito, o que passa inevitavelmente por uma maior disciplina da despesa pública e por uma menor dependência do financiamento bancário interno. Ao libertar espaço no balanço dos bancos, cria-se margem para que o sector privado tenha maior acesso ao financiamento. (iii) É urgente avançar com a titularidade da propriedade, sobretudo a imobiliária e fundiária. A existência de direitos de propriedade claros permite criar garantias reais e reduz significativamente o risco para a banca.

Ter garantias reais é fundamental, mas os bancos não se interessarão em aumentar o número de hipotecas se não existir um mercado imobiliário activo, transparente e com liquidez suficiente para permitir a rápida venda dos activos em caso de incumprimento.

Para a dinamização do mercado, é necessário evitar entraves às transacções e garantir que a execução das garantias seja célere. Isso pressupõe, por sua vez, a existência de mecanismos eficazes de gestão de insolvências, capazes de proteger as pessoas envolvidas, mas sem comprometer o direito dos credores a recuperar o seu capital.

A análise do crédito por ramos de actividade revela igualmente alguns sinais de mudança, ainda que insuficientes. Comparando o 4.º Trimestre de 2022 com o 4.º Trimestre de 2025, os três sectores com maior peso — comércio, construção e indústria transformadora — passaram de representar 54% para cerca de 46% do crédito total. Se considerarmos os cinco primeiros sectores (incluindo agricultura e serviços), o peso conjunto caiu de 71% para 55%.

Apesar desta evolução, a estrutura do crédito continua relativamente concentrada. Neste período, o comércio desce de 28% para 23%, a construção sobe ligeiramente de 11% para 12% e a indústria transformadora reduz-se de 15% para 11%. A agricultura apresenta a queda mais acentuada, passando de 11% para apenas 4% e com tendência decrescente, enquanto os serviços permanecem praticamente estagnados, descendo de 6% para 5%.

Este comportamento é particularmente preocupante no caso da agricultura, um sector frequentemente apontado como central para a diversificação económica e para a redução da dependência externa do país.

Em suma, o problema do crédito em Angola não é apenas o seu custo. É também a forma como ele está distribuído e os incentivos que moldam o comportamento do sistema bancário. Enquanto o risco estrutural da economia permanecer elevado e o Estado continuar a absorver grande parte do crédito disponível, o financiamento ao sector produtivo dificilmente atingirá a escala necessária para transformar a economia angolana.